



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

COMISSÃO PERMANENTE DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER nº 171

REF.: PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 27/21

EMENTA: PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 11/21 –
Autoria: Mesa da Câmara Municipal – Altera as
resoluções nº 153, de 25 de Fevereiro de 2011 e nº
174, de 22 de Maio de 2015 (Regimento Interno),
conforme especifica e dá outras providências
(Títulos Honoríficos, Comissão de Transparência
e Tribuna Livre).

RELATOR: Vereador Renato Zucoloto

Trata-se do Projeto de Resolução de nº 27/21, de autoria da Mesa da Câmara Municipal que altera as resoluções nº 153 de 25 de Fevereiro de 2011 e nº 174, de 22 de Maio de 2015 (Regimento Interno), conforme especifica e dá outras providências (Títulos honoríficos, Comissão de Transparência e Tribuna Livre).

Conforme previsto no artigo 72, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, compete a Comissão de Constituição, Justiça e Redação se manifestar em todos os projetos, especialmente no que pertine aos seus aspectos de constitucionalidade e legalidade, verificando também se o Poder Legislativo é competente para a propositura da matéria, analisando seu aspecto intrínseco, sob pena de incorrer em vício de iniciativa que macula desde o nascedouro o projeto apresentado.

Assim dispõe o Regimento:



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

"Art. 72 - Compete à Comissão de Constituição, Justiça e Redação manifestar-se sobre todos os assuntos nos aspectos constitucional e legal e, quando já aprovados pelo Plenário, analisá-los sob os aspectos lógico e gramatical, de modo a adequar o texto das proposições ao bom vernáculo. "

Vale dizer que, no procedimento prévio de controle de constitucionalidade estruturado no âmbito de produção legislativa municipal, de um modo geral, aprecia-se a legalidade e constitucionalidade do projeto de lei sobre três perspectivas elementares: I) a matéria legislativa proposta deve se encontrar entre aquelas autorizadas pela CF/88 aos Municípios; II) se foi respeitada a rígida observância das preferências quanto à iniciativa para proposição prevista pela ordem jurídico-constitucional; III) a possibilidade de violação por parte da matéria legislativa proposta à direitos fundamentais ou instituições tuteladas por regras ou princípios constitucionais.

De acordo com o texto, a competência da C.C.J. não se exaure na aprovação do projeto, eis que ao depois, compete a análise do seu conteúdo sob os aspectos lógicos e gramaticais, proporcionando assim uma lei, no aspecto amplo, de fácil compreensão e aplicação.

RELATADO, FUNDAMENTO E PASSO A EMITIR O PARECER.

De início, vale dizer que o objeto do Projeto de Resolução de autoria da Mesa da Câmara Municipal que altera as resoluções nº 153 de 25 de Fevereiro de 2011 e nº 174, de 22 de Maio de 2015 (Regimento Interno), conforme específica e dá outras providências (Títulos honoríficos, Comissão de Transparência e Tribuna Livre), se enquadra perfeitamente nas autorizações para legislar franqueadas aos Municípios de acordo com o inciso I do artigo 30 da CF/88 referente à assuntos de interesse local. Competência reconhecida, portanto.

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber (...)

Por sua vez, quanto a competência da Casa, a matéria tratada pelo Projeto em comento se amolda com o que dispõe o artigo 4º, inciso I da Lei Orgânica do Município



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

de Ribeirão Preto e, por sua vez, é de iniciativa do município legislar sobre peculiar interesse e bem-estar da população, desde que atendidos os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e desenvolvimento humano.

Trata-se de projeto de resolução que visa adequar alguns pontos atinentes às Resoluções nº 153/2011 (normas para a concessão de títulos honoríficos) e nº 174/2015 (Regimento Interno da Câmara Municipal de Ribeirão Preto).

Na primeira resolução, objetiva-se adequar os prazos para a efetiva entrega dos títulos aprovados no plenário, em especial, ajustando-se à situação pandêmica, porquanto no estado de calamidade as entregas foram suspensas, evidentemente a fim de evitar o contágio pelo Coronavírus.

Por outro lado, adequa-se também o regimento interno da Casa para inserir competência específica à Comissão Permanente de Transparência de Legislação Participativa, isso porque após a promulgação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), necessária se faz a análise e o balizamento dos dados que tramitam nos órgãos da Casa, de tal modo que a referida Comissão da Casa, responsável pela Transparência do Legislativo, também seja responsável pela análise e crivo das exposições dos dados.

Por fim, apenas pequenas adequações serão efetuadas no Regimento interno do Legislativo com vistas à parametrização do uso da Tribuna Livre, sobretudo no transcurso das Sessões Ordinárias.

Desta forma, quanto à competência, iniciativa e espécie normativa, a propositura está de acordo com a Constituição Federal, bem como com a Lei Orgânica do Município de Ribeirão Preto.

No tocante à propositura em apreciação nesta Comissão, de iniciativa da Mesa da Câmara Municipal, a mesma visa atingir o objeto proposto e tratado pela ementa do projeto.

Nesta conjuntura, a iniciativa é regular e merece, portanto, nestes termos, prosperar a presente propositura, visto que a matéria tratada e a forma legislativa utilizada estão em perfeita consonância com a exigência legal e atende ao mérito de relevância.



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Sendo assim, por se encontrar o Projeto de Resolução de acordo com as diretrizes legais e constitucionais, este relator não vê óbice intransponível à aprovação do referido projeto e, de acordo com o disposto pelo artigo 119 do Regimento Interno desta Casa emite-se, portanto, parecer favorável.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 10 de Agosto de 2021.

PRESIDENTE

Isaac Antunes

VICE-PRESIDENTE

Renato Zucoloto

MEMBRO

Brando Veiga

MEMBRO

Maurício Vila Abranches

MEMBRO

Jean Corauci